

AMARAL, Arthur Bernardes do. *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, 312 p.

Carlos Alexandre Barros TRUBILIANO*

11 de setembro de 2001, a partir dessa data o mundo não seria mais o mesmo. Os ataques promovidos pela *Al Qaeda* em território norte-americano, a sede do Pentágono (Washington) e as Torres Gêmeas do *World Trade Center* (WTC/ Nova York), deflagraram uma agressiva resposta estadunidense nomeada como “Guerra Global contra o Terrorismo – GWOT”, ou simplesmente “Guerra ao Terror”. Os efeitos dessa nova política foram sentidos em todo o globo, as ações não se limitaram somente à guerra contra o Iraque e à invasão ao Afeganistão; sob a justificativa de combate e desarticulação de redes terroristas, a região conhecido como Tríplice Fronteira que demarcam os limites entre Brasil, Argentina e Paraguai, teve especial atenção de Washington.

Após dez anos dos atentados e da “guerra ao terror”, que formalmente terminou em 2008, é razoável refletirmos sobre os desdobramentos destes eventos que marcaram as relações políticas, econômicas e sociais da civilização ocidental. Nesse sentido, a obra *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*, de Arthur Bernardes do Amaral, proporciona subsídios para pensarmos sobre várias questões relacionadas à política externa estadunidense durante o governo de George W. Bush, especialmente a diplomacia entre Estados Unidos e América do Sul.

Arthur Bernardes do Amaral tem formação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde atualmente exerce a docência da disciplina Terrorismo Internacional no curso de Relações Internacionais; o autor, ainda, é associado ao Laboratório de Estudos do Tempo Presente da UFRJ.¹

Retomando a obra, é possível dividirmos o seu conteúdo através de *três eixos temáticos*: a) caracterização da tríplice fronteira; b) o conceito de Segurança e

* Professor Auxiliar de História Contemporânea da Universidade Federal de Rondônia (Unir) e doutorando em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Campus de Franca. E-mail: trubiliano@hotmail.com

Securitização; c) as relações diplomáticas entre Estados Unidos e América do Sul pós 11 de Setembro. Deste modo, esta resenha se norteará pela divisão supracitada.

Caracterizando a Tríplice Fronteira

O Brasil possui um total de nove tríplexes fronteiras, distribuídas em aproximadamente 23.000 km. Embora a maioria delas seja de difícil acesso e pouco povoada, a exemplo dos limites entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa, o território que compreende a divisa entre Paraguai, Argentina e Brasil, tem significativa relevância econômica e populacional. Estima-se que entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) concentre mais de 500 mil habitantes.²

Ao término da Guerra contra o Paraguai, por volta de 1888, a região passa a receber estímulos para povoamento tanto por parte do Estado brasileiro quanto do argentino, através da fundação de colônias militares, visando à expansão de influência como vigilância sobre a confluência dos rios Paraná e Iguaçu, considerados estratégicos para comunicação e transporte na Bacia do Prata.

Com estabelecimento dos postos militares, forma-se na localidade uma infraestrutura urbana, que durante o século XX, receberá grande fluxo migratório, especialmente durante a construção da barragem e da usina hidrelétrica de Itaipu, responsável pelo emprego de aproximadamente 40.000 trabalhadores de diversas nacionalidades. Todavia, o autor dá ênfase à migração de origem árabe, motivada pelos conflitos pós Segunda Guerra Mundial no Oriente Médio, sendo majoritariamente libaneses refugiados da Guerra Civil do Líbano (1975-1990). Estes árabes que se estabeleceram na Tríplice Fronteira exercem diversas atividades econômicas, especialmente o comércio a varejo.

Ao informar o leitor sobre a constituição populacional/migratória da Tríplice Fronteira, o autor indica a problemática central *do primeiro eixo temático*: parte dos imigrantes libaneses origina-se do Vale do Bekaa, localizado no extremo sul do Líbano, divisa com Israel, região tida como o núcleo de atuação do *Hizbollah*.

O fato de esses imigrantes libaneses enviarem periodicamente variadas somas de dinheiro para o Líbano bastou para as autoridades norte-americanas levantarem a hipótese de que a Tríplice Fronteira estivesse financiando o Terrorismo Internacional

e/ou abrigando agentes de diversos grupos considerados terroristas pelos Estados Unidos.

Durante a década de 1990 a tese defendida por Washington ganhou novos elementos após os atentados à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA), em 1994. Estes eventos colocaram, efetivamente, a América do Sul no foco de atenção dos Estados Unidos no tocante ao combate ao terrorismo internacional.

A investigação dos atentados conduzida pela agência de inteligência da Argentina SIDE (*Servicio de Inteligencia del Estado*) em conjunto com a CIA, o FBI, o Departamento de Justiça norte-americano e o Mossad (*Instituto para Inteligência e Operações Especiais*,) israelense apontaram que o responsável pelo atentado contra a AMIA teria entrado na Argentina pela Tríplice Fronteira. A partir deste momento, a Tríplice Fronteira tornava-se um problema de segurança internacional. O que nos leva para o *segundo eixo temático* no trabalho de Arthur Bernardes: o conceito de Segurança e Securitização.

Questões sobre segurança e securitização

Arthur Bernardes atenta para o fato de que não foi possível comprovar se na região da Tríplice Fronteira operam ou não grupos terroristas e/ou seus apoiadores, tendo em sua pesquisa o objetivo de tratar academicamente as questões sobre fronteira, segurança e securitização, bem como compreender as representações discursivas da Tríplice Fronteira como um foco de ameaça terrorista, produzidas pelo governo norte-americano através de seus diversos órgãos e agentes.

Partindo da perspectiva teórica da Escola de Copenhague, especificamente da teoria da securitização de Ole Wæver (1989), Bernardes compreende a questão da Tríplice Fronteira como um processo de securitização do terrorismo. Antes de apontarmos a sua interpretação conceitual, faz-se necessário abordarmos a origem moderna da ideia de segurança.

A reflexão sobre segurança deve necessariamente considerar a sua relação com o contexto sociopolítico que lhe confere significado. O conceito moderno de segurança surge no bojo do movimento iluminista, na passagem do século XVII para XVIII, momento em que as discussões relacionadas ao estado de natureza, contrato social e estado civil pensavam no estabelecimento da segurança como garantida paz, ordem e

justiça para os indivíduos, bem como a ausência de ameaças externas à comunidade política.

Bernardes faz relevantes apreciações sobre a concepção moderna de segurança, baseado nos pressupostos teóricos social-construtivista da Escola de Copenhague. Sua compreensão visou analisar os mecanismos de produção intersubjetiva da ameaça, ou seja, a securitização. Explica-se que a securitização é tratada como um ato de fala, capaz e constituir identidades até então inexistentes, entre elas, as de inimigo e de protetor.

Arthur Bernardes busca em seu texto compreender como se constituiu a articulação lingüística que levou a Tríplice Fronteira a ser inserida no contexto de combate ao terrorismo. Em outras palavras, como foram criadas as bases argumentativo-discursivas que buscavam legitimar a ação política de Washington na América do Sul, especificamente na Tríplice Fronteira, mesmo diante da ausência de provas concretas sobre ação terrorista na região. O estabelecimento do discurso do medo, do “combate ao terror” permeará as relações diplomáticas entre Estados Unidos e América do Sul, com maior intensidade, pós 11 de Setembro, tema a ser discutido no *terceiro eixo temático*.

América do Sul pós 11 de Setembro

Nesse terceiro eixo temático, o autor aborda a inserção da Tríplice Fronteira no mapa geopolítico estadunidense, trazendo ao leitor, uma interessante interpretação do relacionamento histórico dos Estados Unidos com o terrorismo, tanto doméstico quanto internacional, as características da política externa norte-americana durante o governo George W. Bush e os modos de inclusão da América Latina na agenda de segurança norte-americana.

O Governo Bush teve como característica uma forte reticência aos tratados internacionais que, hipoteticamente, restringissem a ação dos Estados Unidos no sistema internacional, a exemplo do Protocolo de Kyoto. É possível identificar as origens desse posicionamento político no *jacksonianismo*, doutrina inspirada no governo do presidente Andrew Jackson (1829– 1837), que defendia maior “*espaço de manobra*”, evitando a adesão a compromissos e tratados que pudessem limitar autonomia dos EUA.

Diante dessa postura diplomática, o governo dos Estados Unidos, no último quartel do século XX, considerava a Tríplice Fronteira como “*uma zona de alta preocupação*”, sobretudo após os atentados na Argentina. Todavia a política de

Washington para região deve ser compreendida com o antes e depois do 11 de Setembro. Arthur Bernardes faz em seu livro um interessante cruzamento dos discursos, acordos e ações dos governos dos EUA, Brasil, Argentina e Paraguai, mapeando a securitização da fronteira e os conflitos de interesse entre as nações.

Por fim, *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror* torna-se leitura fundamental para compreensão de várias questões como diplomacia, hegemonia, política externa, medo e terrorismo, mas a principal contribuição da obra reside na análise das práticas de exclusão que derivam dos discursos de insegurança, provocando o leitor a pensar a área fronteiriça de maneira crítica e não com olhares hegemônicos ou informados pela lógica do medo, rompendo com estereótipos e pré-conceitos.

Referências Bibliográficas

WAEVER, Ole **Security, the Speech Act**: Analyzing the Politics of a Word. Working Paper 19. Copenhagen: Center for Peace and Conflict Research, 1989.

Notas

¹ Informações obtidas através do currículo Lattes. Endereço de acesso: <http://lattes.cnpq.br/1997339490174347>

² Estimativa feita através do cruzamento de dados populacionais fornecidos pelo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE / Brasil); Dirección General de Estadística (Paraguai); Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC/ Argentina).

Resenha recebida em 26/06/2013. Aprovada em 15/07/2013.